

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1379181 - RJ (2018/0264834-8)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : FAZENDA NACIONAL
AGRAVADO : ADHERBAL GUERNELLI DE OLIVEIRA MAIA
REPR. POR : PRISCILLA MARIA CAPUA MAIA - INVENTARIANTE
ADVOGADOS : EUNYCE PORCHAT SECCO FAVERET E OUTRO(S) -
RJ081841
TATIANA SUMAR SURERUS DE CARVALHO -
RJ102695
LUCAS GASPARETE DOS REIS CARVALHO -
RJ155400
FELIPE VASSALLO REI - RJ183753

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IRPF. ALIENAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA. DECRETO-LEI 1.510/1976. DIREITO ADQUIRIDO DESDE QUE PREENCHIDOS OS REQUISITOS NA VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO. AGRAVO INTERNO DA FAZENDA NACIONAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. A parte agravante não apresentou qualquer fundamento capaz de reverter as conclusões alcançadas no julgamento monocrático.

2. Com efeito, a solução adotada na decisão vergastada se coaduna com a jurisprudência desta Corte de Justiça, que entende que a isenção concedida pelo art. 4o., *d* do Decreto-Lei 1.510/1976, pode ser aplicada a alienações ocorridas após a sua revogação pela Lei 7.713/1988, desde que já implementada a condição da isenção. Precedentes: REsp. 1.645.235/SP, Rel. Min. OG FERNANDES, DJe 25.4.2018, AgInt no REsp. 1.647.630/SP, Rel. Min. REGINA HELENA COSTA, DJe 10.5.2017 e AgInt no REsp. 1.646.328/SP, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 24.10.2018.

3. Agravo Interno da FAZENDA NACIONAL a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro

Documento: 103800645

Página 1 de 2

Superior Tribunal de Justiça

Gurgel de Faria.

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator

